

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

TCHARLES PURIM

CARTÃO REFORMA MUNICIPAL: UMA PROPOSTA PARA REDUÇÃO DO
DÉFICIT HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

CURITIBA

2019

TCHARLES PURIM

CARTÃO REFORMA MUNICIPAL: UMA PROPOSTA PARA REDUÇÃO DO
DÉFICIT HABITACIONAL NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista, Curso de Especialização em Gestão Pública, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Profa. Dra. Melody Porsse

CURITIBA

2019

Dedico esse trabalho a minha esposa Silvia, pessoa com quem amo partilhar a vida.

Dedico este trabalho a Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, a qual me despertou o sentimento de procurar aperfeiçoamento de conhecimentos, objetivando a melhoria da gestão pública.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter-me dado saúde, resistência e tempo para persistir até a conclusão deste curso;

A minha esposa Silvia, pela paciência em tolerar a falta de convivência devido o tempo dispensado aos estudos e pelo apoio e incentivo que muito me fortaleceram nesta caminhada;

Agradeço a todos os profissionais e amigos da Secretária de Habitação do Município de Rio Negrinho pelo incentivo e ajuda com os materiais para realização deste trabalho;

Aos Pais, obrigado pelo amor incondicional;

Agradeço aos professores, aos tutores e a orientadora que acompanharam a minha jornada;

Agradecemos também a todos que uma alguma forma contribuíram para a realização deste estudo.

“A habitação social requer qualidade
e não caridade”

Alejandro Aravena

RESUMO

A habitação é um direito de todos e esta previsto em Legislação, contudo a realidade nas cidades brasileiras não condiz com o que realmente deveria ser, não apenas possuir o imóvel, mas as moradias devem oferecer condições básicas de conforto e higiene, assim proporcionar qualidade de vida aos moradores, acarretando na possibilidade de refletir positivamente na sociedade em que estão inseridos.

Palavras chaves: habitação; condições básicas; qualidade de vida;

ABSTRACT

Housing is a right of everyone and this is provided for in legislation, however the reality in Brazilian cities does not match what it really should be, not only own the property, but the housing must offer basic conditions of comfort and hygiene, thus providing quality of life, leading to the possibility of reflecting positively on the society in which they are inserted.

Key words: housing; basic conditions; quality of life;

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização Rio Negrinho / SC	21
Figura 02 – Foto aérea enchente ano de 2014	22
Figura 03 – Imagem aérea Loteamento Morada do Sol.....	26
Figura 04 – Habitação da Defesa Civil.....	27
Figura 05 – Construção Imóvel programa minha casa minha vida	27
Figura 06 – Assentamento Colônia Miranda / Bairro São Pedro	30
Figura 07 – Edificação a ser reformada por precariedade	30
Figura 08 – Edificação a ser reformada por precariedade	31
Figura 09 – Edificação a ser reformada por precariedade	31

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Modelo Básico descritivo de levantamento de dados	35
---	----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	13
2.1 Habitação	13
2.2 Política Públicas	13
2.3 Políticas habitacionais e direito a Moradia	15
2.4 História da Política habitacional	16
2.5 Rio Negrinho	20
2.6 Política habitacional em Rio Negrinho.....	22
3. DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	23
3.1 Secretaria de Habitação e Promoção Social.....	23
3.2 Aspectos metodológicos	24
3.3 Histórico de Programas habitacionais no Município.....	25
3.4 Escolha do Local de Implantação do Projeto	28
4. PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA	33
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	40

1. INTRODUÇÃO

O ser humano sempre buscou, seu espaço próprio, com a intenção de se resguardar dos fenômenos e intempéries naturais, ou então, até mesmo livrar-se de predadores, o qual poderia ser considerado como abrigo. Esse espaço físico, atualmente chamamos de moradia.

Com o passar do tempo, esse espaço foi ganhando cada dia mais importância dentro da sociedade, não apenas como uma área de abrigo, mas como um local que deve atender condições mínimas para qualidade de vida de cada indivíduo:

“moradia adequada significa dispor de um lugar onde se possa asilar, caso o deseje, com espaço adequado, segurança, iluminação, ventilação, infraestrutura básica, uma situação adequada em relação ao trabalho e o acesso aos serviços básicos, todos a um custo razoável” (PANSIERI, 2008, p.112).

E assim, passou a ser um dos direitos básicos de todo ser humano, e conseqüentemente, foram surgindo diversos instrumentos de proteção e promoção deste direito:

“Em virtude das obrigações assumidas perante a comunidade internacional o Brasil incluiu, no texto do art. 6º da Carta Magna de 1988, mediante a Emenda Constitucional nº 26/2000, o direito à moradia como um direito fundamental” (DUARTE, 2015, p.05).

Dentre estes instrumentos, encontra-se as políticas públicas voltadas à habitação. Neste trabalho será apresentado de qual forma políticas públicas podem auxiliar na implementação de direito à moradia, redução do déficit habitacional e direito da população, tanto em termos quantitativos como qualitativos. Políticas públicas são programas que vão garanti e colocar em prática os direitos que são previstos na Constituição Federal e em outras leis.

Para tanto, o objetivo geral é desenvolver um programa de reforma e assistência técnica municipal para reduzir o déficit habitacional de Rio Negrinho, visando atuar na região que possui as moradias mais precárias da cidade, Para se conseguir condições mínimas de moradia, tendo em vista a qualidade de vida de qualquer indivíduo, é necessário possuir ambientes adequados que possam proporcionar isso, o que envolve redução do déficit tanto quantitativamente, como de forma qualitativa.

Para tal, como objetivos específicos, serão necessários: realizar um diagnóstico da população de baixa renda que necessita de reforma, ampliação ou assistência técnica de qualquer forma, verificar quais os serviços que precisam ser realizados, realizar uma análise dos resultados de levantamentos, propor um programa adequado à melhoria das condições de moradias, proporcionando assim, condições desejáveis de habitação as famílias de baixa renda, a fim de atuar na melhora do ambiente em que estão inseridos, promovendo condições básicas adequadas de moradia.

O desenvolvimento deste trabalho é importante já que é possível observar na prática, dentro da Secretaria de Habitação e Promoção Social a necessidade de reformas, ampliações e assistência técnica junto a diversas edificações residenciais da população de baixa renda. Além disso, observa-se que, programas habitacionais quantitativos, como por exemplo a contemplação de famílias com programas que oferecem empreendimentos habitacionais no município (Programa Minha Casa Minha Vida, Programas da Defesa Civil) , são os mais comuns na Gestão Pública, ocorrendo um déficit quanto à qualidade das habitações existentes. Sendo assim, políticas de habitação, especialmente qualitativas, são promotoras de qualidade de vida e da dignidade da população. Ou ainda, a habitação com qualidade é de um dos direitos fundamentais do cidadão, não podendo ser entendida como uma política assistencialista.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Habitação

O tema da habitação pode ser considerado, nos dias de hoje, um dos grandes problemas sociais urbanos do Brasil. Numa visão em que o problema de moradia está interligado com o direito a habitar um local digno que ofereça o mínimo de conforto e qualidade de vida a seus moradores.

É plausível analisar que as reivindicações relacionadas à habitação manifestam-se sob várias facetas: busca para solução de graves problemas de infraestrutura (como por exemplo saneamento, asfaltamento, etc.), execução de unidades habitacionais para atender ao número preocupante de famílias sem moradia própria e dúvidas quanto as obras de urbanização em áreas periféricas e favelas.

É importante destacar como os atuais problemas urbanos, em especial os que envolvem a questão da habitação, refletem um longo período de políticas que não consideraram a população mais pobre ou, em alguns períodos, nem existiram.

Por esse motivo, torna-se pertinente e importante uma retomada histórica da questão das Políticas Públicas no Brasil, com destaque para algumas políticas e projetos habitacionais que tentam enfrentar essa questão social.

2.2 Políticas Públicas

Segundo Faber (2016, p.12) o conceito de Política Pública está relacionado às ações do Estado para com a população e o que a ela é oferecido. Sendo assim, Políticas Públicas compreendem as iniciativas, suas prioridades, seus investimentos e também aos grupos que estão inseridos em

determinado local ou situação, como por exemplo, a Rua, Bairro, Cidade, Estado e País em que esta inserido:

De fato a Política Pública é um conceito abstrato, isso requer um esforço intelectual para conseguir torná-lo concreto, palpável. Podemos comparar a Política Pública a alma e para tomar forma, precisa de um corpo. As políticas públicas „tomam forma” por meio de programas públicos, projetos, leis, campanhas publicitárias, esclarecimentos públicos, inovações tecnológicas e organizacionais, subsídios governamentais, rotinas administrativas, decisões judiciais, coordenação em rede atores, gasto público direto, contratos com *stakeholders* dentre outros. (BRANCALEON et al, 2015, p.02)

As Políticas Públicas, nas suas diferentes esferas, como por exemplo, na área de educação, saúde, assistência social, habitação, etc, surgem a partir de contextos sociais, suas necessidades e objetivos, que envolve diversos fatores como a sociedade em que esta inserida, classes sociais, grupos políticos e econômicos nela existente. Citam-se como contextos diferentes, dentro de uma cidade, as próprias diferenças entre bairros, como por exemplo, a infraestrutura aplicada a cada localidade, ou a classe social que o habita, sendo muitas vezes, visivelmente, facilmente reconhecidas as suas distinções.

Considera-se, um dos princípios básicos da política, a ideia que os homens são diferentes, contudo, como inúmeras outras espécies, precisam uns dos outros para viver e sobreviver, observa-se então, a forma de política, que faz o processamento dessas diferenças, assim auxiliando na vida em comum na sociedade.

Quanto à tipologia de Políticas Públicas e sua aplicação, de acordo com Rua são quatro as áreas em que estão divididas:

Políticas Sociais: educação, saúde, assistência social, etc.

Políticas Econômicas: monetária, cambial, tributária, agrícola, industrial, comércio exterior, etc.

Políticas de Infra-Estrutura: energia, comunicações, transportes, etc.

Políticas de Estado: ciência e tecnologia, direitos humanos, relações exteriores, segurança pública, etc. (RUA, 2018, p.03)

Apesar das subdivisões, todas as áreas estão correlacionadas de alguma forma. Contudo, para aplicação do tema desenvolvido para este trabalho, serão enfatizadas as Políticas Sociais de habitação, voltadas a qualidade dos espaços destinados a moradia.

2.3 Políticas habitacionais e direito a Moradia

De acordo com Clemente (2011, p.21) “a moradia assume, em primeiro momento, a função de abrigo, pois como dito alhures, oferece condições mínimas para a constituição de uma nova família ou para a chegada de um grupo imigrante”.

Lehfeld (1988, p. 32) salienta que “todo homem necessita de abrigo, e que a satisfação desta necessidade se torna um problema para a população que não tem onde morar ou mora em condições precárias”.

A moradia se coloca como um problema principalmente no século XX, com as rápidas transformações industriais, ocorrendo neste momento a expansão das cidades de forma desordenada e a migração populacional dos campos para as cidades, o que gerou, uma formação de áreas urbanas irregulares. Ao longo do tempo grande parte das edificações foram construídas de forma irregulares, e, até mesmo, de maneira que não atenda as necessidade básicas de moradia.

Além disso, era uma época em que não havia Política Social voltada para a área de Habitação Popular. De acordo com Holz e Monteiro (2008, p.01), “O surgimento de políticas habitacionais realmente preocupadas em solucionar o alarmante problema é recente...”. Há uma breve e sucinta passagem sobre sua aplicabilidade no código civil de 1916, contudo sua inserção na Legislação Brasileira foi através da Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Estatuto da Cidade em 2001, o qual, segundo Holz e Monteiro (2008, p.01), “regula o uso da propriedade urbana em prol do interesse coletivo e do equilíbrio ambiental, sendo um instrumento inovador na política habitacional e importante ferramenta de regularização fundiária”.

Quanto ao direito habitacional, trata-se de um direito real, onde, de acordo com Baldissera, seu conceito esta inserido em Legislação:

Os demais direitos reais são o usufruto, o uso, a habitação, a superfície, as servidões, o direito do promitente comprador, o penhor, a hipoteca e a anticrese, como dispõe o Art. 1225 do CC, em que limita o numero dos direitos reais, assim definidos:

Art. 1225: São direitos reais:

I – a propriedade;

II – a superfície;

III – as servidões;

IV – o usufruto;

V – o uso;

VI – a habitação;

VII – o direito do promitente comprador do imóvel;

VIII – o penhor;

IX – a hipoteca;

X – a anticrese. BALDISSERA (*web*, 2018)

Visivelmente é possível constatar que se trata de algo a ser planejado e resolvido a longo tempo, analisando o vasto período de tempo, em que, grande parte das edificações foram construídas de forma irregulares, e, até mesmo, de maneira que não atenda as necessidades básicas de moradia.

2.4 História da Política habitacional

No decorrer da história, o direito a moradia é bastante recente, o que se pode relatar, é que na Idade Média, como por exemplo, conforme Baldissera (*web*, 2018) “a divisão de terras era muito extensa e de domínio dos senhores feudais, dos quais disponibilizavam pedaços de terras para seus servos, para que habitem aquele lugar e produza o que for possível.”

Analisando, de certo ângulo, pode-se dizer que essa “doação” de propriedade não deixa de ser um auxílio social, onde seu povo poderia habitar e sobreviver, desde que transformasse sua terra em área produtiva e isso gerasse de alguma forma um retorno.

Com o passar do tempo às formas de distribuição foram mudando, começaram as revoluções indústrias e a rápida expansão das cidades.

No Brasil, no fim do século XIX, ocorreram as primeiras grandes transformações:

O fim da escravidão fez com que milhares de negros fossem expulsos do campo e migrassem para a cidade. Concomitantemente, imigrantes europeus chegaram ao Brasil para trabalhar no campo e também na nascente indústria brasileira. Esses fatores provocaram o aumento da população nas cidades, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, fato que acarretou uma demanda por moradia, transporte e demais serviços urbanos, até então inédita. (MOTTA, 2018, p. 01)

De início, o Governo chegou a oferecer crédito as empresas privadas com intuito de que elas produzissem habitações populares para os trabalhadores, contudo, isso acabava sendo visto como uma forma de “prejuízo” pelos empresários, que quando o faziam, era de forma que não proporcionasse o mínimo de conforto e qualidade de vida aos trabalhadores.

Não somente habitação, como diversas outras áreas que necessitavam de assistência social estavam de mal a pior. Fica então, sob responsabilidade do Governo a resolução do problema habitacional:

Fica evidente, então, que o setor privado não seria capaz de resolver o problema da habitação para as camadas populares e que tal tarefa teria que ser assumida pelo Estado, que passou a sofrer pressões dos trabalhadores e do empresariado (o constante aumento dos aluguéis fazia com os trabalhadores reivindicassem melhores salários). Como resposta, o governo propôs o financiamento, por meio dos Institutos de Aposentadoria e Pensão, de casas a serem destinadas ao aluguel. Tal medida, além de insuficiente para modificar a situação da moradia no Brasil, atendia apenas aos associados dos institutos. Paralelamente à construção de novas unidades habitacionais, o Estado, sobretudo a partir de 1937 com o Estado Novo, passa a tratar os assuntos relativos às favelas e seus moradores como uma questão de polícia, o que levou à realização de diversas remoções, com a adoção de uma política de erradicação de favelas. (MOTTA, 2018, p. 02)

Verificado que o problema já era bastante grande na área habitacional, na década de 50 houve a criação da Fundação da Casa Popular (FCP), que, apesar dos resultados modestos, foi o primeiro órgão nacional criado para prover residências para a população pobre:

Foi nesta época que surgiu o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), instituído pela Lei 4.380/64, que objetivava a dinamização da política de captação de recursos para financiar habitações por meio das cadernetas de poupança e recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) através do Banco Nacional de Habitação (BNH). (HOLZ *and* MONTEIRO, 2008, p.02).

Contudo, na prática esse Sistema Nacional de Habitação acabou por gerar alguns questionamentos sobre a sua aplicabilidade:

Para atender a demanda, o SFH foi dividido em dois ramos: um, direcionado às classes média e alta, gerido por agentes privados ligados à construção civil, e o outro, voltado para a classe de baixa renda, que era operado por agências estatais, por meio de Companhias Estaduais e Municipais de Habitação. Porém, igual para os dois sistemas foi o autofinanciamento, sendo necessário, portanto, que o adquirente provasse sua capacidade de pagamento. Esta forma de financiamento acabou por prejudicar as populações com baixa renda, já que não conseguiam provar que seus ganhos suportariam o pagamento da dívida. Para, além disso, tinha como política a remoção das ocupações ilegais para as habitações sociais. (HOLZ *and* MONTEIRO, 2008, p.02).

Pelo momento econômico pelo qual o Brasil passava, nos anos 80 e 90, quando houve as crises econômicas, perda do poder aquisitivo e desvalorização da moeda nacional, as prestações, diversas vezes, eram corrigidas em desacordo com o valor e aumento salarial da população, gerando grande inadimplência, onde, de acordo com Holz *and* Monteiro (2018, p.02) “O resultado é o que SFH beneficiou muito mais as classes com renda mais elevada (acima de 8 salários mínimos), do que aquelas de baixa renda (abaixo de 3 salários mínimos).”

Ainda nesse período, final dos anos 80 e início dos anos 90, acontecia uma revolução política no Brasil. O país saía de um período de ditadura para entrar no formato de política democrática.

Com a Constituição de 1988 e a realização do Estatuto das Cidades, Moradia se tornou um direito de todos, sendo o Estado então, responsável na sua efetiva funcionalidade.

Contudo, para gerar uma reflexão: existe realmente uma política habitacional no Brasil? Esse é um questionamento que deve ser amplamente discutido, pois trata-se de uma grave problemática, a qual atinge milhões de brasileiros em quase todas – ou em todas – as cidades brasileiras.

Diariamente, acompanhamos, através dos meios de comunicação, notícias de diversas pessoas que habitam locais impróprios, ou que ficam desabrigadas em virtude de enchentes, desabamentos de morros, ou até mesmo por problemas estruturais em imóveis.

Através disso, pode-se constatar as péssimas condições em que uma grande parcela da população brasileira vive. Onde, muitas vezes, o preço do terreno urbano torna-se cada vez mais raro e, ao mesmo tempo, mais caro. A conjugação dessas condições leva a população de menor poder aquisitivo a ocupar áreas de riscos e insalubres, isso seguindo a linha de raciocínio de Gomes:

Portanto, tendo em vista que, para ter acesso à casa, é necessário pagar juros, taxa de administração e de crédito, seguros por morte, invalidez, danos físicos do imóvel, correção monetária, a grande maioria dos cidadãos brasileiros não conta com uma política habitacional. A nosso ver, isso reduz a acumulação capitalista, pois é através da compra da casa própria que os trabalhadores geram lucros para os bancos e seguradoras e, ainda, para as empreiteiras, contribuindo, dessa forma, para a reprodução do capital, o que não vem ocorrendo, diante das dificuldades de acesso dos mais pobres à habitação. (GOMES and SILVA, 2003, p.01)

Apesar de, se estar longe do esperado com relação a Política Habitacional, o Estado Brasileiro, nos últimos anos se reestruturou no sentido da promoção de novas políticas sociais, em especial melhorar a situação da política pública habitacional, com novos programas e financiamento que podem

auxiliar boa parte da população. O Estado/Governo assume um papel importante, se posicionando na condição de intermediador de recursos entre o poder público e a iniciativa privada, isso, claro, no que se refere aos programas habitacionais.

Houve então, no decorrer dos últimos anos, o surgimento de novos programas, como por exemplo, o Minha Casa Minha Vida:

Em 2009, foi criado o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que foi instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009. Toda família com renda bruta mensal de até R\$ 5 mil pode participar do programa, desde que não possua casa própria ou financiamento em qualquer unidade da federação, ou tenha recebido anteriormente benefícios de natureza habitacional do Governo Federal. (CARDOSO and FRANCISCO, 2014, p.09)

Trata-se este, de um programa de financiamento, que se encaixam como empreendimentos mais associativos, como por exemplo, condomínios fechados, ou até mesmo habitações isoladas, apesar de que, na sua maioria, por meio de financiamentos ou de autofinanciamento de longa duração, através dos bancos, excluindo ainda, muitos cidadãos brasileiros.

2.5 Rio Negrinho

As ocupações ilegais e irregulares estão presentes na maioria dos municípios brasileiros, evidenciando uma triste realidade social: a da falta de moradia. Segundo Melin and Fank (2018, p.05) “nesse contexto, é observável que as cidades cresceram na proporção contrária da oferta de serviços e políticas públicas”.

Contudo, o problema não é apenas a falta de imóveis para morar, mas também a ausência da segurança de posse da propriedade, que, por sua vez, acaba favorecendo a péssima qualidade com que são construídos os que existem, em especial nas áreas ilegais.

A cidade de Rio Negrinho não está excluída dessa realidade e, por isso, a aplicação desse trabalho visa identificar e auxiliar na Política Habitacional do município.

Figura 01 – Localização Rio Negrinho / SC



Fonte: wmshowdebola.com/rio_negrinho_2009/aovivo/rio_negrinho.html

Rio Negrinho é uma cidade localizada no norte de Santa Catarina (ver figura 1), tendo sua principal fonte de economia a indústria. Sua população estimada no ano de 2013 é de 41.167 habitantes.

De acordo com SEBRAE, (2010, p. 17) “Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Rio Negrinho alcançou 0,789, colocando o município na 173ª posição estadual neste indicador”.

Segundo dados do IBGE relacionados ao Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros - 2003, a incidência de pobreza em Rio Negrinho atinge 33,8% da população do município.

Quanto à moradias, com base em dados do Censo Demográfico de 2000, o município possuía 9.912 domicílios, deste total 75,4% eram próprios, 11,8% alugados, 12,7% eram cedidos e 0,2% tinham outra forma de ocupação.

2.6 Política habitacional em Rio Negrinho

O município atualmente, para Gestão habitacional, conta com a Secretaria de Habitação e Promoção Social, a qual possui quadro de funcionários técnicos para atuação na área profissionais como: arquitetos, desenhista, engenheiro, técnico em meio ambiente e assistente social.

Apesar de ser um município relativamente pequeno, a demanda habitacional é bastante grande. Um fator que aumenta esse quantitativo, se da pelo fato de que o município sofre com enchentes, que atingem toda área central e algumas áreas periféricas da cidade.

Figura 02 – Foto aérea enchente ano de 2014



Fonte: http://blogdoosmairbail.blogspot.com/2014/06/grande-enchente-2014-quarta-pior_21.html

Essas inundações, conforme Figura 02, não são recentes e não ocorreram apenas 1 vez, existem registros dos anos das grandes enchentes da cidade, três foram as maiores que atingiram a maior parte da cidade, nos anos de 1983, 1992 e mais recentemente, em 2014.

Até mesmo pela questão do espaço de tempo que ocorrem, e conforme as alterações de Governo e suas prioridades, poucas são as efetivas estratégias e ações preventivas para tal problema.

3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

3.1 Secretaria de Habitação e Promoção Social

É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Habitação e Promoção Social do Município de Rio Negrinho, Administrar Políticas Públicas ao município através de gestão e execução de Política Municipal da Habitação Social, assim realizar a promoção da regularização Urbanística e Fundiária de Assentamentos Precários, Loteamentos e Parcelamentos Irregulares; estabelecer convênios e parcerias, com entidades públicas ou privadas, que sejam necessários à execução de projetos, no âmbito da Secretaria.

A Secretaria de Habitação e Promoção Social é responsável pela demanda de Regularização Fundiária do município, o qual consta atualmente aproximadamente 60 loteamentos irregulares.

Quanto a Política habitacional de Rio Negrinho, existem passos a serem seguidos para atendimento da demanda de acordo com a necessidade da população:

1º Passo: Cadastro - deve ser realizado pelo indivíduo que tenha interesse na participação de Programas Habitacionais, atualmente são oferecidos programas apenas quantitativos, ou seja, novas unidades habitacionais;

2º Passo: o Cadastro é informatizado em programa específico para sua fácil compreensão e verificação de dados;

3º Passo: Realiza-se os Programas habitacionais pelo Município, ou em parceria com Governo estadual e Federal, por exemplo, Programas do Governo Federal como o Minha Casa Minha Vida que, nos casos de moradia para população de baixa renda, oferece subsídio para posterior pagamento;

4º Passo: É realizado a seleção, através de pré requisitos, atendendo a legislação vigente, para contemplação do imóvel.

Atualmente a lista de espera conta com 862 cadastros que aguardam para participação em Programa Habitacional em Rio Negrinho, estes, encontram-se em lista de espera para recebimento de novas unidades

habitacionais, sendo que, em alguns desses casos, reformas e programas qualitativos nas atuais edificações que residem pode ser uma forma de melhorar a qualidade de vida, solucionar o problema quanto a moradia dessas pessoas e conseqüentemente, diminuir a “fila” de espera para recebimento de novas residências.

3.2 Aspectos metodológicos

Apresenta-se então, os aspectos metodológicos utilizados para elaboração do trabalho, o qual tem por objetivo geral desenvolver um programa de reforma e assistência técnica para população de baixa renda município de Rio Negrinho, ressaltando ainda, que tal projeto trata-se de um Projeto inovador na cidade de Rio Negrinho.

No que diz respeito à natureza, esta pesquisa é classificada como aplicada, que, de acordo com Parra Filho e Santos (1998, p. 101), “é feita a partir de objetivos que visam a sua utilização prática. Valem-se essas pesquisas das contribuições das teorias e leis já existentes”.

Será realizado um embasamento nas referências bibliográficas e leis vigentes, levando em consideração as alterações recentes, contudo, para prática, será realizada uma pesquisa aplicada.

Há ainda, como objetivo, constituir novos conhecimentos para aplicações práticas voltadas à solução de possíveis problemas específicos ao tema abordado, para isso a realização de uma pesquisa exploratória pode ser de grande auxílio no desenvolvimento do tema:

O objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Ao final de uma pesquisa exploratória, você conhecerá mais sobre aquele assunto, e estará apto a construir hipóteses. Como qualquer exploração, a pesquisa exploratória depende da intuição do explorador (SANTOS, 2008, p.01)

Para a realização do diagnóstico, primeiro foi realizada uma pesquisa em documentos da prefeitura para discorrer sobre os períodos importantes da história das Políticas Públicas, principalmente voltadas a área habitacional e de interesse social.

Com relação as necessidades de melhorias e desenvolvimento de um programa para atendimento assistencial de moradias foram coletados dados, que serão analisados por meio de quadros, demonstração de dados e figuras. Assim, será possível ilustração simples e de fácil compreensão sobre o tema abordado.

3.3 Histórico de Programas habitacionais no Município

No decorrer dos anos, o município contou com alguns programas habitacionais que auxiliaram no atendimento da demanda habitacional.

Vale ressaltar, que, paralelamente, a Regularização Fundiária é de grande importância na implementação desses Programas, além de regulamentar a documentação de imóveis, proporcionando a execução de melhoria dos serviços públicos, como energia elétrica, água encanada, esgoto, sistema de drenagem de ruas, entre outros, auxiliando na distribuição de áreas para novos empreendimentos habitacionais.

Até o momento, por uma questão cultural também, o município não foi contemplado com conjuntos habitacionais verticais.

Após a regulamentação do Estatuto das Cidades, os programas habitacionais do município foram:

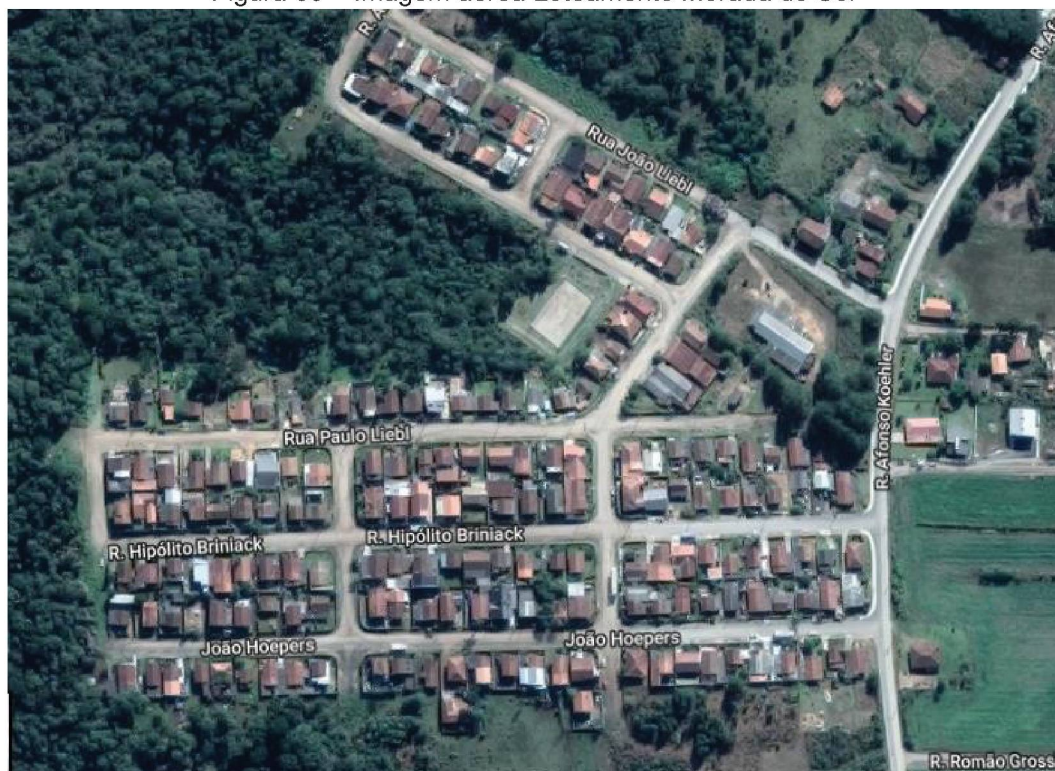
Loteamento Municipal Morada do Sol: No ano de 2.000 a Prefeitura de Rio Negrinho adquiriu áreas com intuito de realizar lotes urbanizados para construção de moradias populares.

O espaço adquirido tinha um total de 74.861,00m², no qual foi realizado 150 lotes.

Depois da regularização de toda área em 2002, foi realizado processo seletivo dos interessados, os quais tinham por obrigação, em contrapartida, iniciar construção em 120 dias. Para a devida construção, os

projetos das edificações, bem como o acompanhamento profissional para execução foram cedidos pela municipalidade.

Figura 03 – Imagem aérea Loteamento Morada do Sol



Fonte: <https://www.google.com/maps/place/Rio+Negrinho>

Habitações da Defesa Civil: Construção de 20 moradias, após enchente de 2014, para atender a população que residia em área de risco. Tratou-se de uma parceria com o Governo do Estado onde os recursos foram através do Fundo Estadual de Proteção e Defesa Civil (Fundec).

Figura 04 – Habitação da Defesa Civil



Fonte: <http://rionegrinho.sc.gov.br/noticia/2483/prefeitura-entrega-20-casas-da-defesa-civil>

Habitação Programa Minha Casa Minha Vida: Programa em andamento, onde atenderá aproximadamente 54 famílias, execução em Parceria com o Estado e Incra, onde 29 casas serão em área urbana e 25 em área rural. Neste Programa, o individuo deve possuir terreno regular e receberá um subsídio de 90% no valor da Construção do Imóvel, com condições facilitadas para pagamento do valor restante.

Figura 05 – Construção Imóvel programa minha casa minha vida



Fonte: O autor (2019)

Analisando os programas citados anteriormente, verifica-se que o município possui Planejamento e Programas com intuito de atender a população que necessita de moradia. É certo que não há tantos projetos sendo executados, quanto o necessário e quanto os planejados, principalmente por questão financeira.

Contudo, parte das pessoas inscritas em programas habitacionais, totalizando 862 cadastros, a parte da população carente do município possui moradia, embora seja extremamente precária, muitas vezes em áreas irregulares, mas o fato é que tem habitação própria.

Rio Negrinho, como já exposto anteriormente, possui área irregulares, o que faz com que os moradores, além de não terem condições de investir, muitas vezes possuem medo por acreditar que podem “perder”.

Há ainda, conforme, Figura 02, uma área geográfica do município que sofre com enchentes, causando mobilização dos moradores de suas casas, quando não, sua destruição ou problemas estruturais.

Como o objetivo do trabalho é desenvolver um programa de reforma e assistência técnica para população de baixa renda no município de Rio Negrinho, para tal feito, é necessário o levantamento e conhecimento das necessidades da população quanto às condições atuais de habitações de baixa renda, analisando o local em que as moradias que necessitam de reforma estão inseridas, e se, existe recursos para tal execução.

3.4 Escolha do Local de Implantação do Projeto

Para diagnosticar o problema utilizou-se a análise de documentos, visitas técnicas, observação e reconhecimento da situação atual. Foram realizadas visitas nas Localidade mais carentes do Município, entre elas os bairros de: Vista Alegre, São Pedro e Industrial Norte (popular Cohab).

Para escolha da região a ser realizada o projeto foram levados em consideração as seguintes característica: localização das moradias – se estavam em área de risco, área de preservação permanente e, principalmente, condições físicas dos espaços, ou até mesmo a falta de áreas necessárias

para uma moradia digna, conforme conceito destacado na introdução deste trabalho.

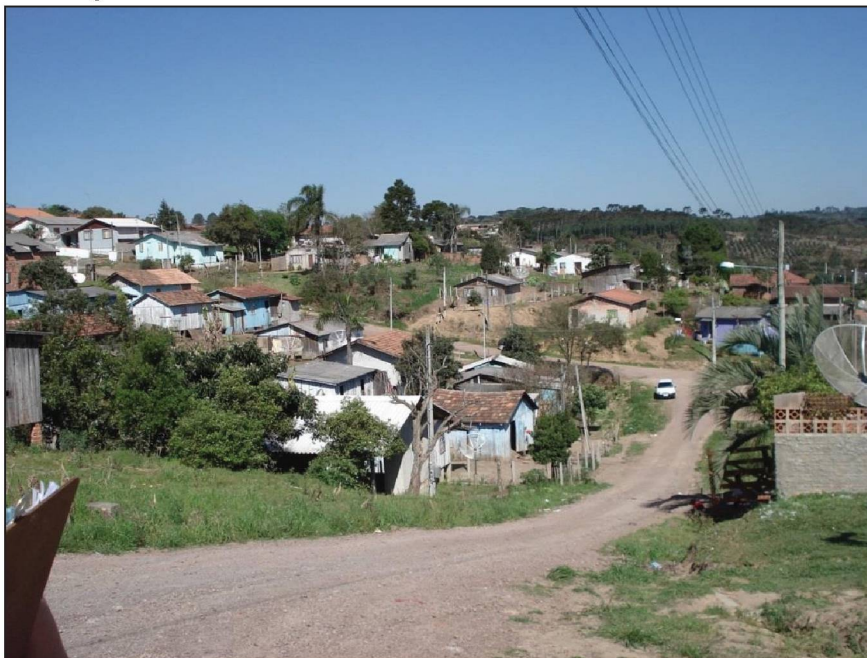
Observou-se, durante o processo de pesquisa, as seguintes precariedades: edificações que precisam ser remanejadas, por estarem localizadas em locais de riscos ou em áreas de preservação permanentes; Situação geral das moradias – estrutural, infiltrações, ligação de energia elétrica, água esgoto, se há banheiro com condições mínimas para utilização, iluminação, condicionamento térmico, visto que o clima no município chega a extremos tanto no verão, quanto no inverno, entre outros fatores que uma moradia necessita para oferecer qualidade de vida a seus moradores.

Assim, diversos são os serviços a serem realizados, desde trabalhos de realização de moradias, até trabalhos de correções estruturais, reforços, reformas em geral, construção de banheiros, que parte das moradias não o possuem, ou se existe, é de forma insalubre.

Dentre as áreas visitadas, a área escolhida para a implantação do projeto foi o Assentamento Colônia Miranda no Bairro São Pedro, onde de acordo com Censo 2010, o Bairro possui aproximadamente 2.141 habitantes. Não se trata da localidade com maior número de habitantes da cidade, mas sim, o que possui as moradias mais precárias do município de Rio Negrinho.

Vale ressaltar que a área está passando pelo processo de Regularização Fundiária e parte das moradias encontra-se em Área de Preservação Permanente (APP) e precisam ser desapropriadas e a população realocadas.

Figura 06 – Assentamento Colônia Miranda / Bairro São Pedro



Fonte: O autor (2019)

Diversos são os serviços a serem realizados, desde trabalhos de realização de moradias, até trabalhos de correções estruturais, reforços, reformas em geral, construção de banheiros, que parte das moradias não o possuem, ou se existe, é de forma insalubre.

Figura 07 – Edificação a ser reformada por precariedade



Fonte: O autor (2019)

Figura 08 – Edificação a ser reformada por precariedade



Fonte: O autor (2019)

Figura 09 – Edificação a ser reformada por precariedade



Fonte: O autor (2019)

De acordo com as figuras 07, 08 e 09, é possível verificar a realidade do local a ser proposto o programa de reforma e assistência técnica para população de baixa renda no município.

Com intuito de auxiliar e melhorar a qualidade de vida da população que no local reside, é de suma importância um completo diagnóstico e apresentação de soluções para resolução como um todo, tanto na esfera geográfica, como por exemplo, deslocamento das famílias que habitam locais de APP, quanto reforma e adaptação de moradias que encontram-se de forma precária.

4. PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

O projeto considera a necessidade de assegurar o acesso à moradia, principalmente para a população de baixa renda. Em função disso, neste Plano é proposto a atuar, de forma a ampliar a oferta de habitação de qualidade na área a ser inserido, visto que, trata-se de um local que necessita de melhorias urgentes nas unidades habitacionais.

A proposta do projeto visa à realização de um Cartão Reforma Municipal, o qual teria por finalidade a redução do déficit habitacional no município de Rio Negrinho quanto à quantidade e qualidade de moradias que são necessárias para atender a fila de espera.

Esse Cartão Reforma será financiado através de Recursos Municipais da Secretaria de Habitação, e, terá um valor limite por unidade habitacional, valor máximo estipulado de R\$20.000,00, Acima desse valor, a reforma acaba se tornando inviável e será melhor a construção de uma nova unidade habitacional.

O valor apresentado anteriormente é um valor máximo, onde algumas unidades não atingirão esse montante, podendo então, buscar novas unidades a serem reformadas.

Quanto à efetiva contratação e execução dos trabalhos de reformas nas unidades habitacionais selecionadas, as empresas do município no ramo da Construção Civil, materiais de construção, construtoras e profissionais autônomos, que tiverem interesse em fornecer material e mão de obra deverão realizar cadastro na Secretaria de Habitação e Promoção Social. Posterior a isso, serão desenvolvidos os orçamentos e cotações para compra de materiais e execução dos serviços.

Quanto à diminuição da fila de espera por novas unidades habitacionais, todos os moradores das casas em que foram realizados os levantamentos no Assentamento Colônia Miranda no Bairro São Pedro possuem cadastro para recebimento de novas moradias, portanto, reformando suas casas através do Projeto Cartão Reforma, não irão precisar de nova casa e fila de espera do município irá diminuir.

Nesta localidade existem as moradias que realmente precisam ser removidas do local em que estão e as famílias deslocadas, pois parte das casas estão localizadas em Áreas de Preservação Permanente. Contudo, diversas moradias podem ser reformadas e, assim, atender as necessidades de seus moradores, sem a precisão do deslocamento até uma nova unidade habitacional, que além de, ter a possibilidade de demandar muito tempo, possui uma grande fila de espera.

A realidade é que, também, boa parte das famílias passam anos e não serão contempladas com novas moradias, pois não basta estar na fila de espera, precisa atender pré-requisitos mínimos, quanto à quantidade de moradores, renda por pessoa, localização – área de risco ou preservação permanente – entre outros.

Para Implantação do Projeto é necessário à realização de estratégias quanto a sua concretização, para que assim, seja realizada a alocação dos recursos.

Algumas diretrizes precisam ser criadas e seguidas, visto que, se trata de um projeto, até então, pioneiro e inédito na cidade de Rio Negrinho. Vejamos então, quais as etapas estão propostas para serem seguidas até efetiva execução da Reforma:

1ª Etapa do Projeto: Levantamento minucioso das edificações a serem reformadas e realizadas as benfeitorias para atender as necessidades básicas de seus moradores, e que assim, possam ser fixados critérios para a priorização das linhas de ações;

O levantamento das condições dos imóveis que existem são baseados em mapas e visitas nos locais. Contudo, para aplicabilidade do Cartão Reforma, será necessário que a equipe técnica da Secretaria de Habitação, o qual possui em seu quadro de funcionários profissionais habilitados para tal função, realizem levantamentos com a atual necessidade de cada imóvel, efetuando um real diagnóstico da situação e verificando as prioridades de cada moradia.

Importante salientar a precisão de verificar nas moradias quanto a situação estrutural, ventilação e iluminação mínimas necessário para conforto térmico. Muitos imóveis não possuem uma área de preparação de alimentos ou banheiro, por exemplo, que possa oferecer uma situação mínima de utilização.

Para tal levantamento é necessário um plano de necessidades para a reforma, vejamos Tabela 01:

Tabela 01 – Modelo Básico descritivo de levantamento de dados

Descrição	Quantidade	Condições	Observação
Residência Unifamiliar - Área de 58,2m ²			Necessário reforma e ampliação
Estrutural		Estrutura mista, madeira e alvenaria, cobertura em chapas de fibrocimento.	Necessário troca de algumas madeiras, realizar a devida impermeabilização, acabamentos em alvenaria externa (chapisco, emboço), revisão nas instalações elétricas e cobertura.
Dormitório	2	Paredes em madeira, piso em madeira	Necessário troca de madeiras, a devida impermeabilização, revisão instalações elétricas.
Cozinha	1	Parede em madeira sem a devida impermeabilização	Necessário execução de parede em alvenaria com impermeabilização (cerâmica), revisão nas instalações elétricas e hidráulicas.
Banheiro	1	Em alvenaria, sem a devida impermeabilização	Necessários acabamentos de emboço e impermeabilização (cerâmicas) revisão nas instalações elétricas e hidrossanitárias..
Área de Serviço	Não possui	Necessita ampliação	

Fonte: O autor (2019)

A situação do imóvel é o principal requisito na contemplação Cartão Reforma para seus moradores, seguindo, pré-requisitos de cadastro como:

- Ter renda bruta máxima de 3 salários mínimos por família;
- Possuir um único imóvel.

2ª Etapa do Projeto: Apresentação da Proposta aos moradores para sua análise e aprovação: a Reforma só pode ser realizada com autorização e consentimento dos moradores, visto que, é uma forma de financiamento, mesmo que de maneira simplificada e com subsídios.

3ª Etapa do Projeto: Toda parte de elaboração e execução das Reformas seriam administradas e de Responsabilidade da Secretaria de

Habitação e Promoção Social, com a efetiva execução das obras de reformas respeitando a Legislação vigente quanto a compra de materiais e serviços de mão de obra. Será necessário um levantamento com quantitativos de materiais e mão de obra para realização das reformas, possibilitando assim, orçamentos completos para sua execução;

4ª Etapa do Projeto: Compra de materiais e contratação da mão de obra para execução de Reformas;

Toda execução deve atender as Normas Técnicas e ser aprovada pela fiscalização técnica, atestando assim sua funcionalidade e qualidade. Em seguida, realizar a entrega das moradias reformadas.

Para a execução de tal projeto, a Secretaria de Habitação e de Promoção Social de Rio Negrinho possui atualmente, em Caixa o valor aproximado de R\$511.000,00, que através da Lei 1405 de 27 de novembro de 2001, possibilita realizar trabalhos voltados a atender essa demanda de moradias, de forma quantitativa ou qualitativa. Trata-se esse valor, de uma receita de Fundo Rotativo, o qual tem intuito de realizar projetos e programas que prevejam sua devolução.

Para tanto, o projeto seria financiado através desse fundo, contudo, é necessário que os moradores estejam de acordo quanto a devolução, mesmo que seja de forma bastante facilitada e com juros baixos.

Observando todo o processo decorrido até então, com a Revisão Bibliográfica, levantamentos de dados e visitas aos locais de implantação do Cartão Reforma, seria estipulado um levantamento com as necessidades de cada Moradia, posterior planilhas com quantitativos de materiais e mão de obra para execução dos serviços, em seguida realizado cronograma quanto a execução dos serviços.

Para contemplar o maior número de famílias possíveis, de forma que a reforma atenderia quanto a situação do espaço proposto com condições mínimas de uso e qualidade de vida, será previsto um valor máximo por imóvel, onde, caso valor necessário para adaptação da moradia seja maior, e sua inviabilidade de reforma seja constatada, estes sim, deverão estar em programas de recebimentos de novas Unidades Habitacionais do município.

Com a aplicação do projeto, os resultados esperados são: a diminuição das famílias cadastradas para recebimento de novas unidades

habitacionais, diminuindo a fila de espera e possibilitando a outras famílias recebimento de nova habitação; a melhora da qualidade de vida da população que necessita de um local digno para morar; como citado anteriormente, o valor destinado as reformas e ampliações é de fundo rotativo, sendo assim, esta sempre retornando ao Caixa da Habitação e conseqüentemente pode estar atendendo novas unidades e melhorando a qualidade de vida da população riogrinhense.

Quanto aos riscos e problemas que podem ser esperados com relação à implantação do projeto Cartão Reforma, é de as famílias se recusarem a aceitar a proposta quanto adequação e ampliação de sua habitação, visto que, precisam aceitar realizar a devolução dos valores, mesmo que de forma facilitada, contudo, é necessário dialogar, e, demonstrar através de todos levantamento de dados, o quão importante e as condições de pagamento facilitadas e com juros baixos. Deve ser demonstrado que a maioria dos programas habitacionais também são convênios e parcerias que precisam ser pagas pela família contemplada, mesmo que com subsídios e juros baixos.

É preciso demonstrar que, custo-benefício, é a melhor opção para que os moradores tenham um local adequado de habitar e que atenda ao mínimo as condições básicas de moradia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa para o desenvolvimento do projeto de permitiu identificar a necessidade de planejamento e resolução quanto a habitações e no auxílio de reformas de acordo com a necessidade da moradia, sendo este em problema nacional, estadual e municipal.

A partir das revisões elaboradas, estudos bibliográficos, dos levantamentos de dados e estudo do local a serem realizados as reformas, foi possível verificar que a necessidade de novas unidades habitacionais podem ser quantitativamente diminuídas, se um programa eficiente de reforma for implantado no município.

Conclui-se, que a necessidade de melhoria de moradias é necessária e urgente, e que há recursos disponíveis a serem empregados neste Projeto.

O aumento e a expansão dos moradores na Localidade pesquisada gera a necessidade de profissionais capacitados para atuar na área, de forma a planejar e melhorar os espaços de habitação, não apenas no Bairro São Pedro, mas nos demais pontos de constatação da cidade.

Destaca-se, que na atualidade, o planejamento e a Proposta de novos projetos e planos habitacionais não se trata mais de um simples procedimento de estudos e levantamentos, mas sim de uma necessidade de atuação do Poder público com novas políticas públicas voltadas a área de habitação.

Para entendimento do estado atual das Políticas públicas e da habitação, foi realizado um breve histórico quanto as políticas públicas e sua evolução. Somente ai, houve a realização da análise da pesquisa, com breve síntese da cidade de Rio Negrinho e suas atuais necessidades de intervenções de reformas nas moradias precárias do Loteamento Colônia Miranda no Bairro São Pedro.

Neste contexto, se pode ter a indubitável certeza da importância da Secretaria de Habitação e Promoção Social com profissionais técnicos para sua aplicabilidade, onde, além da responsabilidade envolvida, trata-se de

melhorar a qualidade de vida das pessoas, e conseqüentemente a realidade da população rio-negrinhense.

A apresentação das informações aqui levantadas favorecem uma reflexão sobre o Planejamento habitacional, sobre sua expansão de forma desordenada e desacompanhada de profissionais técnicos, e sua construção precária, contudo, a continuação de estudos é de extrema importância para ampliar o conhecimento sobre o tema abordado, sendo que este, não pode ser encarado como um trabalho conclusivo, mas sim um incentivo a novas pesquisas com relação a temas políticos, pois trata-se de uma área em que a importância do profissional gestor público é sem dúvida incontestável.

REFERENCIAS

BALDISSERA, Rafaela dos Reis. Direitos reais de Usufruto, Uso e Habitação. 2018, 10p. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,direitos-reais-de-usufruto-uso-e-habitacao,40784.html>. Acesso em 18 de dezembro de 2018

BRANCALEON, Brigida Batista et al. Políticas Públicas: Conceitos Básicos. 2015, 12p.

CARDOSO, Jessé Romero; FRANCISCO, José. ANÁLISE SOBRE A QUESTÃO HISTÓRICA HABITACIONAL NO BRASIL E A QUALIDADE AMBIENTAL URBANA. Minas Gerais: Universidade Federal de Alfenas, 2014, 14p.

CLEMENTE, Alexandre Shimizu. POLITICAS HABITACIONAIS E OS DESAFIOS DA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO À MORADIA URBANA NA NOVA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA. Franca: 2011, 140p.

DUARTE, Hugo Garcez. **Dignidade da pessoa humana e direito à moradia:** reflexões frente ao conceito de Estado Democrático de Direito. Artigo, 2015, 8p. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/42532/dignidade-da-pessoa-humana-e-direito-a-moradia-reflexoes-frente-ao-conceito-de-estado-democratico-de-direito>. Acesso em 18 de fevereiro de 2019.

FABER, Marcos. História dos Partidos Políticos no Brasil. 1ª edição – 52p. Disponível em: http://www.historialivre.com/brasil/partido_politico.pdf Acesso em 03 de fevereiro de 2019.

HOLZ, Sheila; MONTEIRO, Tatiana Villela de Andrade. POLÍTICA DE HABITAÇÃO SOCIAL E O DIREITO A MORADIA NO BRASIL, 2008, 11p. Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/158.htm>. Acesso em 18 de dezembro de 2018.

LEHFELD, N. A. S. **Uma abordagem populacional para um problema estrutural:** A HABITAÇÃO. Petrópolis, Vozes, 1988, 128p.

MELIN, Daiana; FANK, Odir Luiz. DESENVOLVIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE HABITAÇÃO: ESTUDO DO PROJETO HABITACIONAL DO MUNICÍPIO DE CAIBI SC. FAI – Faculdades de Itapiranga - SC, 2018. 21p.

Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/upload/2017/09/Daiana-Menin.pdf>. Acesso em 26 de fevereiro de 2019.

MOTTA, Luana Dias. **A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NO BRASIL**: Políticas Públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade, 2018, 15p. Disponível em: http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/TAMC-MOTTA_Luana_-_A_questao_da_habitacao_no_Brasil.pdf. Acesso em 29 de dezembro de 2018.

PANSIERI, Flávio. Do Conteúdo à Fundamentalidade da Moradia. In: OLIVEIRA NETO, José Rodrigues de. (Org.) Constituição e estado social: os obstáculos à concretização da Constituição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, 114p.

RIO NEGRINHO. Prefeitura Municipal de Rio Negrinho. Disponível em: <http://www.rionegrinho.sc.gov.br/>. Acesso em 07 de janeiro de 2019.

RUA, Maria das Graças. IGEPP. POLITICAS PÚBLICAS, 2018, 20p. Disponível em: http://igepp.com.br/uploads/videos/videoaula_4.1-tipologias._tipos_de_politicas_publicas.pdf. Acesso em 17 de dezembro de 2018.

SANTOS, Carlos José Giudice do. Tipos de Pesquisa, 2008, 45p. Disponível em: http://www.oficinadapesquisa.com.br/APOSTILAS/PROJETO_RH/_OF.TIPOS_PESQUISA.PDF. Acesso em 12 de janeiro de 2018.

SEBRAE. Santa Catarina em Números: Florianópolis/ Sebrae/SC. Florianópolis: Sebrae / SC, 2010. 117p.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição. SILVA, Anieres Barbosa da. SILVA, Valdenildo Pedro da. POLÍTICA HABITACIONAL E URBANIZAÇÃO NO BRASIL, 2003, 11p. Disponível em: [http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146\(083\).htm](http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-146(083).htm). Acesso em 11 de janeiro de 2019.